Expediente

Jornalista responsável:
Walmor Marcelino

Conselho de Direção:
Rogério Lustosa
Bernardo Joffily
Olívia Rangel
Dilair Fernando de Aguiar

Tribuna da Luta Operária

NÚMERO 1, ANO 1, 8 DE NOVEMBRO DE 1979 — PREÇO DE VENDA EM BANCAS, Cr$ 10,00

Tribuna da Luta Operária

é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda.
Endereço: Rua Benefic ência Portuguesa, 44, conj. 206, São Paulo - SP - Tel. 228-5337.
Impressa na Companhia Editora Joruês, Rua Gastão da Cunha, 49, Telefone 531-8900 - São Paulo - SP.

A BATALHA DOS METALÚRGICOS

Quem não acredita em luta de classes que saia às ruas de São Paulo e a conhecerá pessoalmente. Nestes dias, a capital e Guarulhos vivem a maior de suas greves, que a violência policial transformou numa grande batalha.

De um lado estão os metalúrgicos, a categoria mais numerosa e consciente do Estado, apoiados pelos demais trabalhadores, sindicatos, organizações democráticas e populares, estudantes, a igreja e a população. Do outro lado está o poderoso «grupo dos 14», representando os patrões, ajudado pelo governo, a polícia, a Justiça do Trabalho, e boa parte da grande imprensa.

O motivo do conflito: patrões e governo querem que os trabalhadores se submetam ao arrocho salarial e paguem a conta da crise provocada pelo «milagre» econômico. Mas os trabalhadores não aceitam mais salários de fome.

O governo apelou para a violência em ampla escala, inclusive dando permissão aos policiais para atirar. Com a morte do líder operário Santo Dias da Silva, a greve adquiriu outra dimensão. Deixou de ser uma simples campanha salarial para tornar-se uma luta política. É agora o confronto entre a ditadura e o ideal democrático, entre a sede de justiça social e a ordem injusta dos exploradores, luta que interessa a todos os brasileiros. Nas páginas 4 e 5, leia tudo sobre a greve, a repressão e a reação popular. Reportagem de Bernardo Joffily.

A maior manifestação política operária dos últimos anos.

Editorial

O direito de morrer

Na terça-feira, 6 de novembro, os 350 mil metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos receberam más notícias: o custo de vida já subiu mais de 56% este ano e, a continuar neste ritmo, deverá chegar a 70%. Também ficaram sabendo que, diante disso, eles só têm o direito de se conformar em receber salários abaixo da inflação. Tal foi o que lhes afirmou o governo através da linguagem da brutalidade policial que atacou piquetes de greve, espancou trabalhadores, invadiu e depredou uma igreja. E isto uma semana depois de a polícia haver matado um operário.

Em suma, os metalúrgicos não têm direito à greve, não têm direitos humanos, não têm direito à manifestação, não têm direito de dar uma vida decente às suas famílias. Eles só têm o direito de trabalhar até a exaustão, o direito de comer mal, de ver sua família na miséria, o direito ao desemprego e à morte antecipada. Ou o direito a uma bala, se não estiverem de acordo.

E por que é assim? Porque os patrões não renunciam a nenhuma parcela de seus grandes lucros. E o governo, a serviço dos patrões, principalmente dos grandes patrões, estrangeiros e locais, defende essa intransigência com a força de suas armas. Além disso, o governo, que acaba de impor uma nova lei de arrocho salarial, não aceita que a greve dos metalúrgicos venha causar a primeira derrota e a irrecuperável desmoralização dessa lei, abrindo caminho para que outras categorias acabem de enterrá-la.

Por trás da brutal demonstração de força dos últimos dias se esconde uma debilidade que o governo procura disfarçar a todo custo. A dívida externa colossal, a espiral inflacionária, demonstram que a economia mergulha no caos. Os credores batem à porta, os assalariados não aceitam pagar a conta que não fizeram. Mas se eles se recusam a pagar, quem pagará? Os monopólios? Antes massacrar o povo...

Esta é uma hora de definições. E o governo já se definiu. Está ao lado dos patrões e, portanto, contra os trabalhadores. É uma democracia para o capital estrangeiro, seus aliados locais e o latifúndio. Para os trabalhadores — o sangue de Santo é testemunha — continua a ser uma ditadura.

Os milhares de operários que estiveram no cortejo fúnebre do companheiro morto, os que sofreram as agressões policiais, estão sabendo. Não é preciso ser nenhum teórico para entender que para conquistar melhores salários, direito de greve, liberdade sindical, os trabalhadores precisam lutar também e ao mesmo tempo para obter as mais amplas liberdades democráticas, o que só será possível no dia em que o regime militar deixar de existir.

Um sinal de que os metalúrgicos estão conscientes de sua tarefa política foi o crescimento da greve depois da morte de seu companheiro, mesmo que isso não significasse nem um centavo de aumento salarial. E a elevada disposição de ânimo dos grevistas, mesmo após as novas violências policiais, ameaça pôr em desgaste o último argumento antigrevista do governo, a repressão, já que as leis de arrocho e antigreve, a decretação da ilegalidade da greve e as manobras de Joaquim, estão desmoralizadas.

Este ano, nove operários já foram mortos, muitos foram feridos e milhares presos ou demitidos. Mas nada disso abalou o movimento grevista. Três milhões já foram à greve. E a ela voltarão, porque seus problemas não foram resolvidos. Enquanto tiverem o direito de morrer, os trabalhadores não cessarão de lutar por uma vida melhor, com liberdade.

Reforma partidária antidemocrática

O projeto oficial de reforma partidária é a expressão do plano astucioso do governo para extinguir o MDB e dividir a frente de oposições. Mas está encontrando forte resistência do movimento popular e democrático. E mesmo setores descontentes das classes dominantes manifestam seu inconformismo. Ver matéria na página 2.

FALA O POVO

Em nossa seção de correspondentes voluntários, os moradores da periferia de São Paulo denunciam o prefeito, um operário violeiro canta sua solidariedade às greves, os eletricitários tratam de romper a escuridão, um rodoviário carioca fala de seu dilema, um bancário paraibano conta em versos a vida da categoria, um grupo de secundaristas anuncia que a UBES vem aí. Leia nas páginas 6 e 7.

No campo, ninguém agüenta mais

No sul do Pará, latifundiários e grileiros armam jagunços para mover uma guerra contra os posseiros. Mas estes se mantêm dispostos a resistir. E deram uma demonstração de força ao reunirem numa manifestação, em Xinguara, cerca de dez mil pessoas. Do sertão da Bahia, camponeses, professores, estudantes e democratas enviam carta à nação denunciando a grave situação do povo daquela região. Página 3.

Vem aí o 2º Congresso pela anistia irrestrita
Página 7

Primeira entrevista de José Duarte
Página 2

Bolívia: o povo enfrenta o golpe
Página 8

1917: nasce o primeiro estado socialista
Página 8

Quinzenal para começar

O projeto da Tribuna Operária ***é de um jornal semanário. Mas, devido às naturais dificuldades materiais de uma iniciativa como a nossa e ao fato de as férias de verão se constituírem num período menos ativo, decidimos iniciar com edições quinzenais. Esperamos ir construindo o jornal junto com os seus leitores e amigos, de modo que no ano que vem ele já possa ser uma sólida realidade e circular semanalmente com regularidade.***

CEDEM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

REFORMA PARTIDÁRIA: contra o povo

Se a sobrevivência do regime militar dependesse apenas da astúcia; da capacidade de confundir e enganar, ele teria boas chances. O projeto de reforma partidária é uma armadilha com todos esses componentes. Lança mão de uma bandeira longamente levantada pela oposição — a do pluripartidarismo, da liberdade de organização para todas as correntes políticas se organizarem em partidos — para tentar fazer passar uma lei que será a negação do verdadeiro pluripartidarismo, que visa dividir a frente de oposição e, em particular, impedir que a classe operária e as forças populares tenham seus próprios partidos.

É um projeto bem de acordo com o plano do regime, de disfarçar-se com a cara de uma democracia, mas manter o autoritarismo, fazer algumas concessões limitadas, mas impedir a participação popular nas decisões sobre o destino do país. O grupo no poder pretende formar um partido grande, sustentado pelo aparelho estatal, atraindo assim para seu lado todos os que querem se enriquecer e obter privilégios às custas dos cofres públicos, das posições de influência, do empreguismo e da corrupção. Já que não consegue unificar todas as alas das classes dominantes, procura manter os descontentes próximos, através das sublegendas. E, quem sabe, num partido que os reúna ao lado de adesistas e moderados egressos do MDB, que seria dissolvido à força. Além disso, espera que o restante da oposição se estilhace em dois ou três partidos pequenos, sendo um deles o PTB e outro, o que sobrar dos autênticos e liberais mais comprometidos com a luta pela democracia.

Se astúcia e malandragem fossem suficientes, o governo já poderia estar festejando a vitória do seu projeto antidemocrático, uma vez que ele pode forçar sua aprovação, mesmo contra a vontade de consideráveis setores da Arena, por decurso de prazo. Entretanto, está preocupado, porque seu projeto está longe de corresponder à realidade e às aspirações das diversas correntes políticas. E, mesmo transformando-se em lei, não retirará o regime do isolamento político em que se encontra.

A classe operária e o povo querem verdadeiros partidos, através dos quais possam defender seus interesses e pontos de vista sobre como o país deve ser governado. Por isso, recusam-se a aceitar discutir migalhas submetendo-se à reforma partidária imposta. Vai ficando evidente que, neste momento, só tem grandeza, só atende aos interesses populares a luta intransigente em defesa de um verdadeiro pluripartidarismo.

O MDB, embora faça parte da frente de oposições, não comporta toda ela. De fato, a frente se compõe ainda e principalmente do movimento operário autêntico, nascido das bases, das organizações das massas populares e democráticas. Não se pode esquecer que dentro do MDB se encontram também conciliadores de vários tipos e governistas declarados.

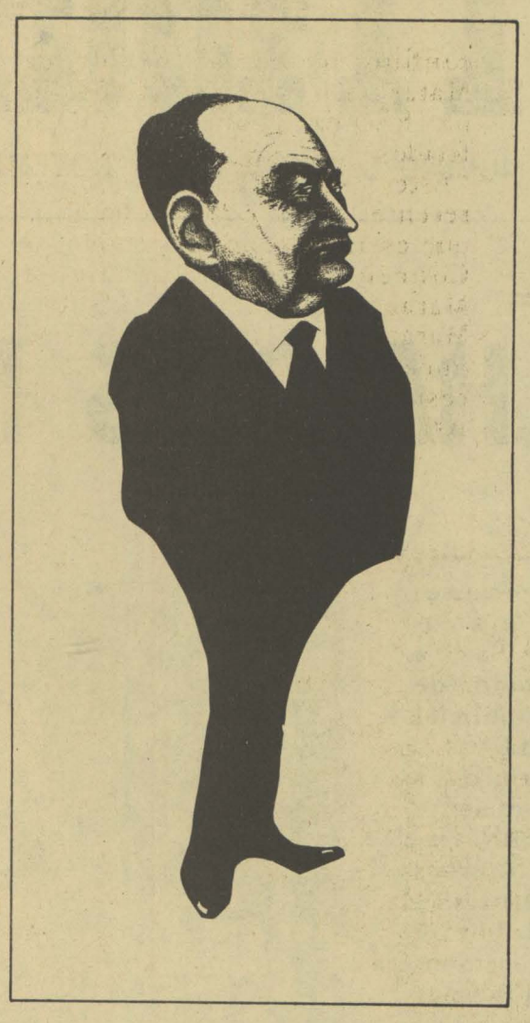
A recente convenção nacional do MDB demonstrou que amplos setores não aceitam sua extinção pela força. É uma posição justa, na medida em que ela se opõe ao plano do governo de dividir a oposição e tanger o movimento operário e popular como gado para o curral do isolamento político. Derrotar essa manobra faz parte da luta pela ampla liberdade de organização partidária. O verdadeiro pluripartidarismo permitirá o avanço da união das forças mais consequentes de oposição e levará a um novo patamar a frente de oposições cuja meta é continuar a luta até a derrubada do regime militar e a obtenção de amplas liberdades democráticas.

Arraes com o povo de São Paulo

Em seis dias de visita a São Paulo, Miguel Arraes encontrou uma realidade próxima e ao mesmo tempo distante da de sua região natal. Ele viu nos biarros deperiferia a mesma pobreza que, segundo suas palavras, "transformou todo o Brasil num grande Nordeste". Ouviu a toda hora gente com sotaque igual ao seu (São Paulo é uma das maiores concentrações de nordestinos do Brasil). Mas viu também a influência transformadora do grande operariado industrial, que é a marca registrada e a maior força do movimento popular paulista.

O ex-governador de Pernambuco buscou contato com as bases deste movimento. Esteve em São Miguel Paulista, em Santo Amaro, no ABC, onde a gente simples vive e trabalha. Falou também a estudantes e intelectuais, na Universidade Católica. Em todos estes lugares recebeu boa acolhida. O público gostou de sua fala simples, de sua maneira direta de denunciar a falta de liberdade, o alastramento do latifúndio, o domínio do país pelas multinacionais e o aumento da dívida externa. Viu sinceridade no apelo em favor de uma frente única de todas as oposições, mas com base social popular, pois "a bandeira da independência nacional foi abandonada pelas classes dominantes e passou às mãos do povo".

Além de falar, Arraes ouviu muito. E não só os políticos do MDB paulista (alguns, oposicionistas para valer, outros, nem tanto). Ouviu também uma grande quantidade de ativistas dos movimentos de base da Grande São Paulo. Conversou com gente de calos nas mãos e que acumulou uma experiência considerável nas últimas mobilizações populares. Esta gente transmitiu ao líder nordestino suas opiniões, perspectivas, preocupações. E a maior insistência foi na crítica à conciliação com o regime militar. Em toda parte esta tecla foi repisada: o caminho da conciliação com o regime é o caminho da derrota, a mão estendida do general Figueiredo é uma armadilha, os conciliadores precisam ser isolados, a luta pela liberdade precisa ir até o fim, até a substituição da ditadura por um regime democrático e a convocação de uma Assembléia Constituinte soberana. O ex-governador seguramente tomou nota desta preocupação crescente da ala popular das oposições em São Paulo.



Arraes frisou que o país caminha para um confronto devido à orientação dos atuais governantes. E insistiu, mais de uma vez, na opinião de que é preciso evitar este confronto. Mas também soube levar sua solidariedade à família e aos companheiros de Santo Dias da Silva, o metalúrgico abatido a tiros pela polícia. Era como se o líder nordestino estivesse dizendo: "Não quero o confronto, prefiro evitá-lo; mas, quando ele vem, sei escolher o meu lado". O movimento operário e popular paulista — que não deseja, mas também não teme o confronto — tomou nota deste gesto. É em momentos assim que os trabalhadores vão descobrindo seus aliados, medindo o quanto valem e até que ponto se pode contar com eles.

Lançamento da «Tribuna»

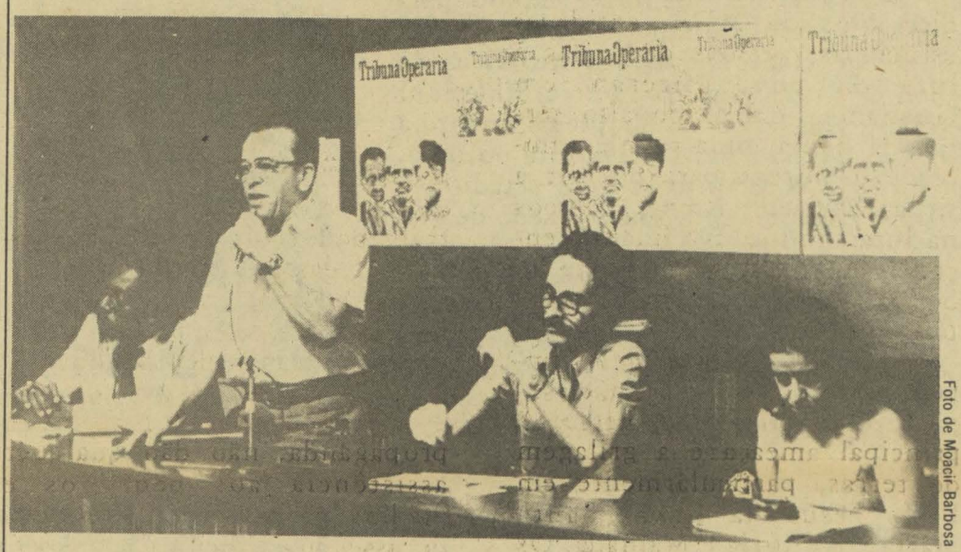


Foto de Moacir Barbosa

A classe operária esteve bem representada no lançamento da **Tribuna Operária** no Rio de Janeiro. Compondo a mesa estavam três líderes de grande tradição de luta: Sebastião Santos, Feliciano Wanderley, marítimos, e João de Deus, metalúrgico.

Wanderley, (na foto, falando), que antes de 1964 fez parte da direção do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e atualmente é responsável pela **Tribuna Operária** no Rio, discursou afirmando a necessidade de o trabalhador compreender o conjunto da situação do país e não ficar apenas nas reivindicações imediatas. Disse: "muito ao contrário do que querem os patrões, os operários devem participar de todas as decisões nacionais e do governo do país".

O veterano metalúrgico João de Deus, que teve de amputar uma perna por doença, mas que, segundo ele mesmo, "perdeu a perna mas não perdeu a cabeça", referiu-se à força da classe operária e citou como exemplo a Fiat do Rio, onde a combatividade dos grevistas forçou a readmissão de Gianini, seu líder, que havia sido demitido.

Também estavam na mesa Rogério Lustosa, um dos diretores deste jornal, Eny Moreira, do CBA-Rio, e Carlos Alberto de Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas, que cedeu sua sede para a festa de lançamento. O auditório estava lotado, com muita gente em pé.

Também em Guanambi, no interior da Bahia, foi realizado um ato público de lançamento da **Tribuna Operária,** ocasião em que falaram vários trabalhadores. No próximo dia 10 de novembro nosso jornal será lançado em ato público em Belo Horizonte. E em Porto Alegre, no dia 13.

Congresso pela anistia irrestrita

A campanha pela anistia irrestrita vai ganhar novo impulso.

Nos dias 15 a 18 próximos, estará se realizando em Salvador, na Bahia, o 2º Congresso Nacional Pela Anistia. Como todos devem se recordar, o 1º Congresso realizou-se há um ano atrás em São Paulo, e se constituiu num importante instrumento de organização e unificação política da luta pela anistia. Foi a partir de então que se desenvolveu a campanha contra a anistia parcial e em defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

O Congresso reunirá os movimentos pró anistia de todo o país, entidades estudantis, sindicais, populares, e oposicionistas que voltaram do exílio, que sairam da cadeia ou emergiram da clandestinidade. Entre os temas a discutir está a relação da luta pela anistia com as lutas democráticas e populares, a organização do movimento pela anistia a nível nacional, e a situação dos atingidos, tanto os beneficiados pela anistia parcial, como os que dela foram excluídos. Pontos altos serão o levantamento sobre os mortos e desaparecidos, e a reunião dos familiares, dos mortos e desaparecidos no Araguaia.

Agora, quando a anistia parcial foi tornada lei e a ditadura e certos setores políticos procuram dar a questão da anistia como resolvida, o 2º Congresso, terá como objetivo principal dar uma resposta à questão: por que e como prosseguir a luta pela Anistia?

Vinte e quatro presos políticos ainda se encontram nos cárceres. Muitos exilados até agora não puderam retonar ao país. Outros oposicionistas continuam refugiados na clandestinidade, pois não têm segurança para voltar à luz do dia. Além disso, a regulamentação que agora saiu da lei de anistia, não assegura os direitos dos demitidos — militares e civis — que continuam sem poder retornar a seus empregos e funções. Isso impõe a continuidade da luta pela anistia para fazê-la ampla e irrestrita, para que não fique um só preso político na cadeia, que possam retornar todos os exilados, enfim, para que todos recobrem plenamente os seus direitos políticos usurpados pela ditadura.

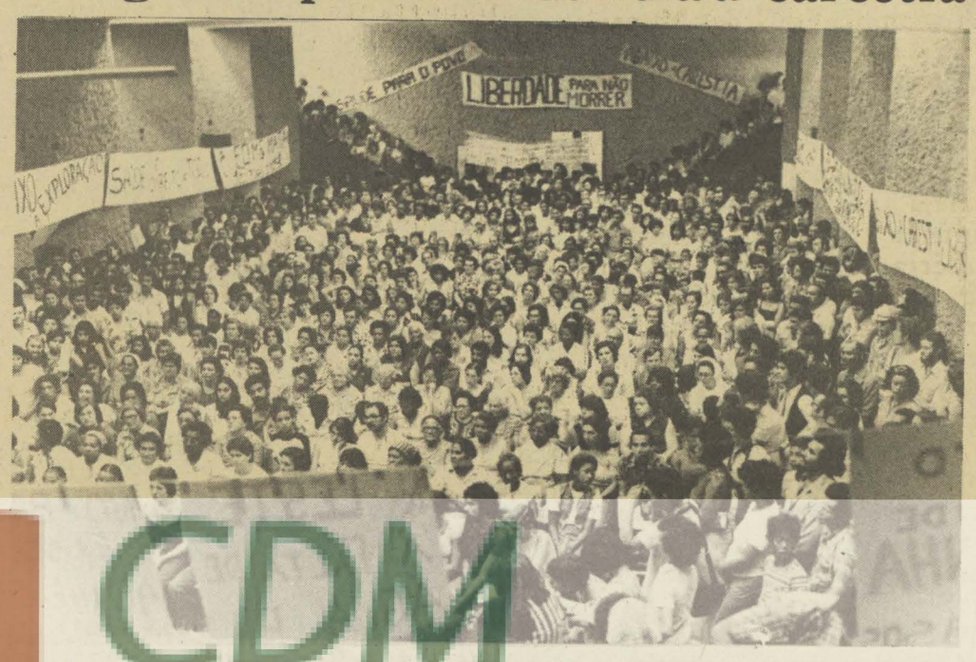
Além disso, não pode haver anistia plena sem liberdade, nem liberdade sem anistia. A luta pela anistia não se esgota enquanto todos os anistiados não puderem gozar plenamente de seus direitos políticos. Enquanto todo o povo não gozar do direito de livremente se organizar e manifestar, inclusive de criar partidos operários e populares. E não haverá liberdade política enquanto estiverem em vigor a Lei de Segurança Nacional e todas as demais leis repressivas. A "democracia" dos generais, sua anistia parcial e sua pregação de conciliação nacional, não atendem aos interesses populares. Falar em uma Constituinte organizada pelos atuais detentores do poder não passa de uma nova tentativa de enganar o povo.

Uma tarefa de grande importância para a continuidade da luta pela anistia, é o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos, ponta de lança na luta pelo fim do aparelho de repressão que continua intato. Sem o seu desmantelamento não há nenhuma garantia de liberdade para o movimento popular. E nestes últimos meses isto tem sido mostrado sobejamente...

Desde a aprovação da anistia parcial, nove operários já morreram pela repressão política desencadeada contra o movimento grevista. Um grande número de sindicalistas, trabalhadores grevistas e pessoas do povo que lutam por seus direitos, foram presos. Vários deles enquadrados na LSN ou na lei antigreve e muitos outros foram demitidos de seus empregos.

A solidariedade e o apoio ao movimento operário e popular e a defesa da liberdade de organização sindical e de greve, é, hoje, uma das principais tarefas dos movimentos pela anistia. E este deverá ser um dos pontos destacados a serem discutidos no Congresso. Esta é, inclusive, uma forma de o movimento pela anistia se popularizar. Também é a hora de o movimento operário e popular se integrar ainda mais na luta política pelas liberdades democráticas. (Roberto Martins - Rio de Janeiro).

Congresso paulista contra a carestia



O congresso reunir-se-á a partir das 14 horas do dia 15 de novembro, continuando nos dias 17 e 18 do mesmo mês, no Largo de São Francisco, na Faculdade de Direito da USP.

Santo Dias da Silva foi escolhido presidente de honra do Congresso, numa homenagem póstuma.

CDM

Sul do Pará: os latifúndios preparam uma guerra

Parece uma guerra: o helicóptero voa rasante sobre o povoado camponês de Sampaio, no norte de Goiás. Seus tripulantes, policiais fortemente armados, atiram bombas sobre as casas. Há mortos e feridos, Pouco antes haviam sequestrado e agredido Nicola Arpone, um agente da Pastoral da Terra. Em Itaipavas, jagunços e policiais invadem o Lote 41, praticando violências. Os posseiros resistem, um pistoleiro cai morto. Outro morre durante uma agressão aos posseiros da fazenda Tupãciretã. Durante um ataque à posse São João duas pessoas ficam feridas. Num conflito na fazenda «Flor da Mata», são três os feridos. E, na fazenda «Canadá», quatro feridos.

Estes são alguns exemplos recentes dos acontecimentos que estão se dando na região de Conceição do Araguaia e Marabá, divisa entre Goiás, Maranhão e Pará, a mesma onde ocorreu, de 1972 a 1975, a resistência guerrilheira do Araguaia. De acordo com o jornal *Resistência*, de Belém, «o município de Conceição do Araguaia está, hoje, completamente conflagrado. Mais de 60 grandes conflitos de terra, envolvendo milhares de lavradores, se estendem agudamente por toda a região».

Com uma grande manifestação os posseiros mostraram sua força.

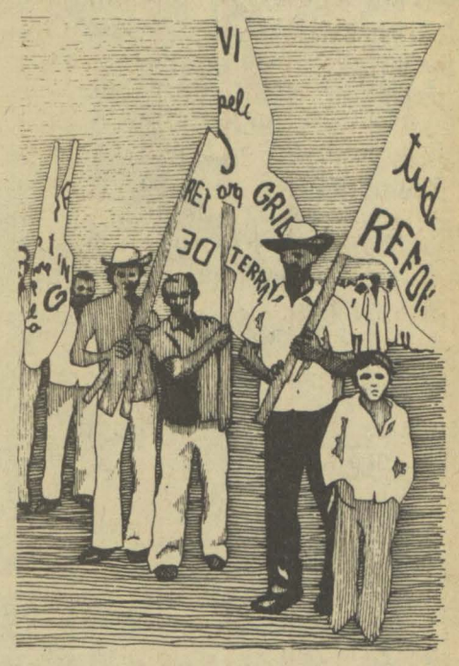
Pode virar uma guerra. Sob as vistas grossas do governo, com apoio da policia, da «justiça» e de órgãos oficiais como o INCRA e a SUDAM, fazendeiros e grileiros estão formando verdadeiras milicias particulares, armando grande número de jagunços com armas provativas das forças armadas (metralhadoras, inclusive). Em Marabá comenta-se que circula um documento propondo a formação de uma guarda rural particular. O objetivo e arrasar as propriedades dos posseiros e arrancá-los à força de suas terras.

Os posseiros, vendo-se gravemente ameaçados e sabendo que as leis são desrespeitadas e manipuladas em favor dos poderosos, estão conscientes de que só podem contar com suas próprias forças. E por isso, fazem juramento de defenderem-se mutuamente e decidem resistir na terra. Num domingo, 21 de outubro passado, deram uma significativa demonstração de sua força. Dez mil camponeses reuniram-se na localidade de Xinguara, denunciaram a violência e a guerra que contra eles está sendo tramada. Debateram durante horas, até debaixo de chuva, os meios e modos de resistir unidos. E afirmaram sua convicção de que só uma reforma agrária imediata resolverá o problema da terra.

Divulgaram uma nota em que dizem: «não adianta chamar bispos, padres e lavradores de subversivos e agentes de interesses escusos, pois o conflito esta na base, na terra. Queremos uma reforma agrária realizada à partir do povo, dirigida pelo povo, que sabe o que quer e como quer».

Latifundios e grilagem

Nos últimos 15 anos as terras de Conceição do Araguaia foram ocupadas por grandes grupos econômicos e por grileiros, com apoio do governo, através da SUDAM e de incentivos fiscais. Os lavradores, que em 1960 detinham 70 por cento da terra ocupada, em 1972 já tinham apenas 39 por cento. Atualmente, têm ainda menos. Enquanto isso, a população aumentou de 11 mil, em 1960, para cerca de 140 mil pessoas, este ano. Isto é, enquanto a população aumentava, ia diminuindo o número de donos de terra, concentrando-se a terra cada vez mais em um número menor de propriedades. Atualmente, só em Conceição do Araguaia há 90 mil pessoas vivendo provisoriamente em terras municipais, à espera de seus lotes. Além disso, quase toda a população urbana é formada por lavradores sem terra. O que ocorre também em Xinguara, povoado onde já se amontoam 15 mil habitantes, todos à espera de terra. A conclusão é que a grande causa do conflito é a política do governo de apoio ao latifúndio. (Condensado do jornal *Resistência*, de Belém do Pará).



CARTA DO SERTÃO À NAÇÃO

Trabalhadores rurais, diretórios do MDB, entidades estudantis, pessoas dedicadas à luta do povo, fizeram em Guanambi, cidade do alto sertão da Bahia, uma reunião ampla e demorada para discutir a situação atual e unir esforços na luta comum. Ao final do encontro, aprovaram a «Carta do Sertão à Nação», da qual damos um resumo:

«1 — O problema mais importante da região é o do uso, posse e propriedade da terra. A principal ameaça é a grilagem de terras, particularmente em Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Malhada. Os posseiros têm o uso da terra e a declaração de posse, mas não têm título legal. Disso se aproveitam os fazendeiros para, comprando pequenas glebas, apropriarem-se de vastas extensões. Em Bom Jesus da Lapa, um grileiro comprou 5 hectares e registrou no cartório 1.014 hectares.

2 — Os assalariados rurais vivem na miséria, recebendo abaixo do salário mínimo da região. Os homens recebem 80 cruzeiros por dia; as mulheres, de 40 a 50 cruzeiros; as crianças, de 30 a 40 cruzeiros. São ainda explorados nas empreitadas pelas quais os fazendeiros estabelecem preços ínfimos para o cumprimento das tarefas. O sistema do «gato», o intermediário entre o fazendeiro e o assalariado rural, está aparecendo na região, deixando o trabalhador ainda mais desamparado das leis trabalhistas. Os trabalhadores estão passando necessidade, comendo feijão catado e farinha de mandioca.

3 — Os órgãos do governo e os bancos, ao contrário da propaganda, não dão qualquer assistência aos pequenos e médios proprietários. Por falta de assistência técnica estes perdem safras de feijão e algodão, por acasião das chuvas. Os grandes proprietários e intermediários compram o algodão, toucinho e carne dos pequenos produtores subtraíndo para si um quilo de cada arroba comprada. As terras mais férteis estão sendo ocupadas pelo capim para aumentar a criação de gado.

4 — Em decorrência dessa situação todos os participantes da reunião cerraram fileiras em defesa de uma Reforma Agrária ampla e maciça que garanta: terra para quem nela trabalha; assistência técnica e creditícia ao homem do campo; extensão das garantias trabalhistas aos assalariados rurais; garantia do preço do produto, com preço mínimo, armazenamento de 20% de financiamento do valor do produto.

5 — Os participantes consideraram precárias as condições de ensino na região; prédios velhos, falta de material. Nas roças falta de escolas e de professores o que, juntando-se às péssimas condições de vida dos camponeses, impede que seus filhos tenham acesso à educação. Constataram a falta de uma universidade regional. Criticou-se a reforma do ensino e toda a política educacional do governo, que criou cursos profissionalizantes sem que haja na região mercado para tais profissões, não absorvendo nem 10 por cento dos formados. Denunciou-se a prática do governo de ir implantando aos poucos o ensino pago através de sucessivas taxas que vão sendo criadas. Denunciou-se o desvio da merenda escolar por grupos políticos que se aproveitam da miséria do povo para extorquir-lhes votos através da merenda.

O Mobral foi denunciado como fábrica de eleitores para o governo. Propôs-se o apoio às residências estudantis para permitir que os jovens da região possam estudar nas capitais. E decidiu-se apoiar a formação de comissões de ensino por cidade, compostas por professores e estudantes, para promover a melhoria do ensino.

6 — Outro problema gravíssimo é o da saúde, a começar pela falta de assistência médica nas roças e que é muito deficiente nas cidades. O povo vive em total abandono. massacrado pela esquistossomose, sarampo, doença de chagas etc., por falta de alimentação adequada, de medicina preventiva. As vacinas só chegam quando é decretada calamidade pública. Os bois são melhor assistidos que os homens, pois são vacinados de quatro em quatro meses. Não há saneamento básico, nem tratamento de água. Nas roças, a maior parte do povo bebe água da chuva empoçada. O Funrural atende apenas e precariamente. Mulheres parindo em porta de hospitais, crianças morrendo num total abandono, são coisas que afrontam nosso povo e causam revolta a todos.

7 — É necessário unir todo o povo para resistir à alta do custo de vida, resultante da má distribuição da terra e da política de arrocho salarial. Recomenda-se abaixo-assinados em todas as cidades exigindo tabelamento dos preços dos alimentos e que comitês populares fiscalizem a aplicação do tabelamento.

8 — Enérgico protesto contra o projeto da reformulação partidária do governo, de conteúdo antidemocrático e antipopular; o projeto do governo é um obstáculo intransponível à livre organização dos partidos políticos; total apoio à reivindicação popular pela livre organização partidária; completa solidariedade ao MDB, ameaçado de extinção por ato autoritário do governo; defesa do direito das agremiações que estavam se organizando, como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Popular, de se organizarem livremente. O momento exige que a oposição popular se una em torno das bandeiras democráticas e populares e das revindicações dos trabalhadores, sem adesismo ou conciliação».

Assinado pelos sindicatos de trabalhadores rurais de Guanambi, Palmas de Monte Alto e Malhada; de Riacho de Santana e de Bom Jesus da Lapa; pelos diretórios municipais do MDB de Guanambi, Brumado, Carinhanha e Caetité; e pelos centros estudantis de Guanambi, Caetité e Brumado.

«Reforma agrária é nossa luta mais importante»

Artur de Paula - BA

Um dos líderes camponeses presentes ao encontro de Guanambi, Edvardes Monteiro, deu entrevista à *Tribuna Operária*. Ele foi o fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guanambi, em 1975. Afirmou que na região sertaneja os trabalhadores continuam a viver em permanente miséria e com um baixo nível de organização, submetidos à exploração dos latifundiários, sem direito a carteira profissional, sem escola e sem assistência médica. Na sua opinião, o sindicato é uma excelente forma de organização para os trabalhadores do campo. Através dele podem lutar por melhores condições de vida e trabalho. Por isso, é preciso impedir que o sindicato caia nas mãos de algum «gato» ou traidor da categoria.

O sindicato de Guanambi é considerado pelos trabalhadores tão importante que, em 1975, na primeira reunião para sua fundação, compareceram cerca de 800 trabalhadores, entre homens, mulheres e menores. Diz Monteiro: «A nossa luta mais importante é pela reforma agrária, pela posse da terra, pelos que vivem e trabalham nela. Para os camponeses, a reforma agrária é a desapropriação da terra dos latifundiários e a sua distribuição entre as famílias camponesas, acompanhada de assistência técnica, financiamento, habitação, escolas, assistência médica somente assim o homem do campo deixará de fugir para a cidade grande, onde é transformado em marginal, mendigo».

«Atualmente, desenvolvemos uma luta para melhorar a remuneração do homem do campo e exigir do Funrural que cumpra suas obrigações assegurando boa assistência médica. Temos que levar homens e mulheres para discutir dentro do sindicato problemas como grilagem, reforma agrária, escola e saúde. Mas agora o sindicato aqui não está muito firme. O atual presidente prefere conversar com o prefeito e latinfundiários. O importante é que ele ouça o vaqueiro, o bóia-fria, o possseiro, o meeiro, o diarista, o horeiro, enfim, todos os associados. Por aqui se paga diária de 60 cruzeiros ao homem. À mulher, 50 e ao menor, 30 a 40. E todos fazem o mesmo tipo de trabalho. Na hora de pagar, o trabalhador às vezes nada recebe, porque o «barracão» já comeu todo o dinheiro dele. No «barracão» por mais que a gente pague, nunca deixa de dever».

Edvardes Monteiro considera ainda que os trabalhadores devem lutar por muita liberdade para os sindicatos atuarem. E conclui: «sou a favor da anistia ampla, geral e irrestrita para todo mundo que foi perseguido ou preso pelas suas atividades políticas. Quanto aos torturadores, acho que todos eles devem ser processados para pagar bem duro os crimes que cometeram. Eles hoje estão de cima, mas um dia vão cair e aí a gente ajusta conta bem duro».

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Um operário está morto. Sua luta ganha nova vida

Santo Dias da Silva, 37 anos, morreu no dia 30, na hora do almoço, abatido a tiros pela polícia militar. Cessou aí a história do Santo metalúrgico, líder de sua categoria, membro da oposição sindical e da Pastoral Operária. E começou a crescer a figura do Santo bandeira de protesto político da classe operária e do povo.

Os mesmos policiais que balearam Santo levaram-no para o Pronto Socorro de Santo Amaro, onde ele faleceu poucos minutos depois. Enquanto isso, a notícia do crime começava a circular. Correu pelos piquetes de grevistas, pelos bairros da periferia de São Paulo. Chegou ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde havia uma assembléia marcada para aquela tarde. Chegou também aos meios políticos e parlamentares comprometidos com o povo, às escolas e universidades, às organizações democráticas. Logo, a cidade e em seguida o país ficaram sabendo da notícia; os órgãos de repressão haviam feito mais uma vítima.

Começaram então as manifestações de solidariedade, que foram crescendo pela noite a dentro. Primeiro as pessoas vinham para o Pronto Socorro, depois para o Instituto Médico Legal, para onde o corpo fora transportado. Eram operários, estudantes, deputados, vereadores, padres e, mais tarde, o cardeal D. Evaristo Arns. A autópsia realizou-se, mas assistida por um médico do sindicato, pois os presentes não confiavam no Instituto chefiado pelo dr. Shibata, conhecido colaborador dos órgãos de repressão.

Quando o corpo de Santo chegou à Igreja da Consolação, onde foi velado, uma pequena multidão o esperava. E durante toda a noite sucederam-se as reuniões, os telefonemas e iniciativas, para que a revolta de todos pudesse se exprimir num ato público de peso.

PROTESTO POLÍTICO

No dia seguinte, o cortejo fúnebre de Santo paralisou o centro de São Paulo. E foi engrossando sempre mais, até transformar-se numa passeata de mais de vinte mil pessoas. Muita gente aderiu espontaneamente. Outros participaram de maneira organizada. Os metalúrgicos da Zona Oeste saíram diretamente de uma assembléia para a praça da Sé lotando um trem, e depois formando uma passeata.

Em toda a manifestação dominou a nota política, o protesto contra o assassinato de um companheiro e contra o regime que já traz tantas mortes nas costas. Havia um grande número de grevistas na praça da Sé. Os metalúrgicos formavam o grosso da manifestação. Mas o que concentrou tanta gente não foi a reivindicação de aumento salarial, responsável pela deflagração da greve metalúrgica. Nenhum dos presentes ali pretendia conquistar um centavo que fosse de aumento. O que os trazia e que unia a todos era outro objetivo, mais elevado, mais difícil: a conquista de um Brasil onde os operários em greve não sejam baleados pela polícia, onde o povo tenha seus direitos garantidos, onde haja liberdade de fato e não uma ditadura que tenta se disfarçar.

Terminada a manifestação e sepultado o companheiro, os metalúrgicos foram para uma assembléia no estádio do Pacaembu, votar pela greve. Mas ficou no ar a certeza de que alguma coisa mudara. A greve já não era a mesma. Passara a contar com um componente político, de protesto contra a repressão. E por isso mesmo cresceu, ganhando a adesão dos trabalhadores de outras empresas. Ainda no dia 31, um imenso piquete que chegou a ter 7 mil participantes, paralisou a principal área industrial da Zona Sul. A mobilização dos trabalhadores e de suas famílias se intensificou. E até o dia de finados foi diferente: no cemitério de Campo Grande, na periferia de São Paulo, havia uma sepultura sempre rodeada por uma pequena multidão.

Na segunda-feira, dia 5, a greve se mantinha vigorosa. Os metalúrgicos realizaram à tarde uma assembléia que contou com mais de 10 mil grevistas. A seguir, todos dirigiram-se para a praça da Sé para um ato público em memória do companheiro assassinado. Formou-se uma multidão de cerca de 20 mil pessoas que durante largo tempo manifestou-se energicamente contra os crimes da ditadura militar. Dali os operários voltaram aos piquetes. Santo estava vivo em cada um de seus companheiros.

Violência, a nova tática antigreve

Os acontecimentos de São Paulo confirmam que a violência vai se tornando a arma principal do governo Figueiredo contra as greves. Desde o primeiro dia de paralisação, os metalúrgicos foram tratados como inimigos. Várias fábricas foram cercadas, algumas ocupadas pela polícia. As subsedes do sindicato foram invadidas. Nos três primeiros dias o número de detidos chegou a 500, entre os quais todos os membros do Comando de Greve da Zona Sul. Em geral, essas operações foram feitas de revólver em punho. Apontar armas contra trabalhadores não era exceção, mas a regra. O deputado federal Aurélio Peres passou pela experiência, um repórter do **Jornal da República** também, para não falar de um grande número de piqueteiros.

UMA POLÍTICA DELIBERADA

Os governos federal e estadual mandaram a polícia agir assim e são os responsáveis pelas conseqüências. Foi o que os manifestantes do dia 31 de outubro expressaram em palavras-de-ordem como "Chega de manter assassinos no poder" e "Punição, punição a toda repressão". Eles sabiam, por experiência própria, que a morte de Santo não era um "fato lamentável e imprevisível", como disse o governo. Era perfeitamente previsível. Mais ainda, era o resultado de uma política consciente.

Os fatos falam por si. De maio de 1978 a junho deste ano, tivemos 14 meses de greves sem nenhuma morte. De julho em diante, a polícia passou a matar à média de um grevista por mês. Essas coisas não acontecem por acaso. Acontecem porque o governo endureceu sua política, quer deter as greves a todo custo, mesmo que o preço seja manchar as mãos com sangue operário.

O esquema para conter as greves compõe-se de várias peças. A primeira delas é a legislação antigreve, combinada com a lei de arrocho salarial, recentemente reformada. Outra, é o respaldo aos pelegos e o discreto incentivo às correntes conciliadoras dentro do movimento sindical e político dos trabalhadores. Outra ainda, é a divulgação de falsidades na imprensa, no rádio e na televisão, para tentar desorientar os trabalhadores. Mas a peça principal é mesmo a força bruta, a repressão dentro e fora das empresas. Como enfrentar a violência policial é o grande problema que se debate hoje nos meios operários.

O DESAFIO DA REPRESSÃO

A própria prática recente de diferentes categorias e lugares já levantou algumas medidas concretas para colocar o movimento dos trabalhadores à altura da violência policial. Por exemplo: reforçar a organização nas empresas (a exemplo da Belgo-Mineira de Monlevade); utilizar os sindicatos com habilidade, de forma a dificultar as intervenções; ampliar os piquetes para centenas e até milhares de grevistas; formar comandos de greve de reserva, e muitas outras.

Mas a lição mais importante veio agora com a experiência dos metalúrgicos paulistas. Eles reagiram ao desafio da repressão com um protesto político, enérgico e de massas. Deram ao assassinato de Santo Dias da Silva o peso devido e a merecida resposta. O resultado foi que a opinião pública em peso ficou do lado dos grevistas, contra a polícia, que teve de recuar. No dia do enterro de Santo não havia um só policial fardado no centro de São Paulo. A repressão nas zonas industriais também foi obrigada a recolher as unhas. A greve pôde assim retomar a ofensiva.

«Ele queria a igualdade»

A *Tribuna Operária* entrevistou a viúva do operário assassinado, Ana Maria do Carmo Silva, em sua casa na estrada de Guarapiranga. É uma mulher simples e decidida, forte na dor, disposta a prosseguir a luta que ela e Santo travavam juntos. Ana ficou sozinha com dois filhos para criar e uma casa que não é sua. Mas não arrefece. Suas declarações refletem o espírito combativo que caracteriza as mulheres do povo.

«Eu acho que o sangue do Santo acabou sendo uma vitória. O que ele queria era a igualdade, o bem de todos. Este era o sentido da vida dele. E ele morreu sem medo, lutando por isso. Ele não foi o primeiro, a ditadura já matou mais de oito. Para ficar no poder a ditadura precisa disso, de matar, torturar, assassinar.

O presidente que está aí, que foi posto no poder por uns poucos, que disse que o trabalhador de salário mínimo tem que dar um tiro no coco, tem que sair. No lugar dele tem que ficar gente que representa a classe, os trabalhadores. O trabalhador de salário mínimo, este sim que é um herói. Às vezes tem que ir para o trabalho a pé, não tem comida, está todo mundo morando em favela. Mas um dia esse governo assassino vai cair. E eles vão ter que prestar contas de tudo que fizeram.

Aqui neste país só as multinacionais são respeitadas. Quando nós fomos a Brasília (no ano passado, pelo Movimento contra a Carestia) ninguém quis nos receber. Na mesma hora chegou um estrangeiro e foi recebido com todas as honrarias. Nós não temos nada. Quando queremos lutar somos massacrados nas ruas. Mas é melhor morrer lutando do que de fome. Não dá mais para agüentar as coisas como estão. A luta continua. Temos que derrubar este governo.»

Um desafio à ditadura

O cortejo de Santo Dias saiu da Igreja da Consolação com umas oito mil pessoas e chegou à praça da Sé com mais de 20 mil. Na multidão, dominava a presença operária. Eram os metalúrgicos em greve, a categoria de Santo, que rendia homenagem a seu companheiro e prometia continuar a luta. A adesão popular foi considerável. Havia na Sé trabalhadores de outras categorias, universitários, secundaristas, religiosos, homens e mulheres de diversas classes e idades. Mas foram os metalúrgicos que deram o tom.

Sentada na escadaria da catedral, no meio da multidão, uma moça de seus vinte anos contava sua história. Ela trabalha na Filtros Mann, a mesma firma de Santo. Esteve junto com ele até o momento em que o piquete partiu para a Sylvania, local do crime. A Filtros Mann é considerada "difícil" e não aderiu logo à greve. Quando Santo morreu, apenas a ala três estava parada. Mas 24 horas depois a paralisação era total.

"Todo mundo na Filtros Mann ficou chocado, revoltado disse ela. Eu mesma chorei bastante. Ele trabalhava junto comigo. Agora, a maioria do pessoal da empresa está aqui na praça".

Falou depois sobre a greve, defendendo a continuidade: "É os operários todos pararem de vez. A unidade vence".

E contou da exploração na fábrica, que também derrama sangue operário por outros meios: "Eu tenho quatro anos que trabalho na Filtros Mann. Perdi minha mão lá, há um ano e meio (mostrou o braço aleijado). Até agora eles não pagaram nem um tostão. Dizem que só pagam se mandarem embora ou em caso de morte".

Mais adiante, três metalúrgicos ainda adolescentes, da Fame e da Luminar, oscilam entre a revolta contra a polícia e o orgulho com a força da sua classe.

"É um absurdo. É o fim do mundo. Só falta a gente acordar, só isso". Outro dizia: "Se todo mundo parar as firmas e ficar parado, a gente ganha". E o terceiro arrematava: "Lá na Fame nós paramos tudo, só ficaram trabalhando uns 25" (a empresa tem cerca de 400 operários).

Outro operário, da Albion, relatou como soube da morte de Santo: "Soube de manhã, na assembléia da Lapa (onde funcionou o Comando Regional de Greve da Zona Oeste). Mais de mil vieram direto da assembléia para a praça". E fez também sua avaliação: "Isto aí revoltou o coração de todos os metalúrgicos e de todos os brasileiros".

Um mestre de obras, cinqüentão, forçado a trabalhar de vendedor por que já não arranja ocupação no seu ofício: "problema de idade, você sabe". Soube da notícia pela TV. Passou pelo centro para pagar uma prestação e aderiu por curiosidade. "Acho um absurdo disse. Atirar é um absurdo, não tem explicação. Antes de 64 a gente ganhava que dava para comer. Agora piorou. Esse Maluf..."

Para um casal de estudantes da USP, também presente, "o movimento estudantil tem que mostrar solidariedade". A universidade entrou em greve no dia da manifestação, em protesto contra a repressão e para apoiar os operários.

Dona Dulce, dona de casa, soube do fato pela TV, tinha uma compra na cidade, viu a manifestação e interessou-se, "porque, puxa vida, uma pessoa lutar e ter este fim...". Fez questão de dizer que seu marido também é metalúrgico, supervisor de qualidade. E que está apoiando a greve, "porque temos que lutar pela sobrevivência".

Para um grupo de grevistas, da Vila dos Remédios, é preciso paralisar "não só os metalúrgicos, como todos, inclusive os rurais, que são uma força". "Uma greve mundial", completou uma moça do grupo, sorrindo da audácia de sua própria idéia.

A opinião de um membro do Comando da Zona Leste: "Um fato destes é revoltante. Em resposta, nossa greve deve crescer. Mas depende muito de como a gente vai levar a coisa, com um ânimo muito grande". Para ele, o obstáculo número um é a repressão ("Na Philco, na Motores do Brasil, RCB, Bosh, tem polícia até dentro da firma").

Ele pediu que a "Tribuna Operária" publicasse o seguinte: "A gente faz um desafio à ditadura. Por que eles não tiram a polícia, a repressão das fábricas, nem que seja por dois dias? Se tirarem, param não só os metalúrgicos. Pára toda a São Paulo!"

CDH Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois

A greve que se firmou na raça

Raul Jr.

A gre e dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos começou, de certa forma,. com o pé esquerdo Ainda estava muito viva a lembrança da paralisação do ano passado, que acabou logo que pegou embalo, devido a um compromisso entre os patrões e o presidente do sindicato de São Paulo. A participação nas assembléias não era forte. A categoria havia amadurecido, porém andava desconfiada. O anúncio da nova política salarial do governo semeava confusão. Porém, a aprovação do projeto oficial e a intransigência patronal, representada por proposta de reajuste que nem cobria a inflação, apontavam para os metalúrgicos apenas um caminho, o da luta.

Mas existe uma diferença entre querer a greve, votar por ela, e iniciá-la, torná-la uma greve geral da categoria. Percorrer esta distância não era tarefa fácil. Em Osasco a categoria, dividida e pouco mobilizada, teve de voltar atrás logo no primeiro dia. Em São Paulo e Guarulhos a greve se mantinha, mas a duras penas, sob fortes golpes da polícia. Uma repressão particularmente brutal golpeara a direção do movimento na Zona Sul (a maior área metalúrgica da capital paulista). Muitas empresas, inclusive grandes, continuavam trabalhando. Com as falhas da organização nas empresas, a paralisação ficou na dependência dos piquetes. E com a polícia na rua, os piquetes encontraram dificuldades em atuar.

A HORA DA VIRADA

A greve já parecia se esvaziar quando se deu a morte de Santo. Ocorreu então uma dessas combinações curiosas, mas comuns no dia a dia do movimento operário: a luta salarial tornou-se protesto político. Por sua vez, a revolta com o assassinato do líder operário influiu diretamente para aumentar o número e a garra dos grevistas. Muitos metalúrgicos passaram a considerar uma questão de honra participar da greve e conquistar a vitória tornou-se uma maneira de homenagear o companheiro assassinado.

A categoria venceu as vacilações e lançou-se à luta com ânimo renovado. Os piquetões percorreram as áreas industriais de norte a sul e de leste a oeste, parando fábrica por fábrica. O número dos que aderiram subiu para mais de 250 mil. A greve "pegou" finalmente. E conseguiu manter o rítimo mesmo depois de um fim de semana prolongado pelo dia de finados. Na assembléia de segunda feira mais de dez mil metalúrgicos se reuniram diante do sidicato. Nem se discutiu se o movimento devia continuar ou não. Discutiu-se como levá-lo adiante, até a vitória dos 83%, que agora tem o sabor de uma vitória sobre os responsáveis pela morte de Santo. Em Guarulhos a mesma coisa, com um nível de participação relativamente até maior.

UM TESTE DE RESISTÊNCIA

No momento em que fechamos esta edição, ainda não está claro qual será o desfecho da greve. Na luta de classes, nem sempre vence quem tem razão. Vence a classe mais organizada, mais unida, mais persistente na defesa de seus interesses. O governo e os patrões ainda não deram sinal de que vão ceder. Andam silenciosos, preocupados, mas tão obstinados como antes. Para eles, como para os operários, a greve é um teste de resistência: quem tiver mais fôlego, terá a vitória.

Para o governo a vitória dessa greve encerra uma ameaça ainda maior. Ela significará a desmoralização da nova lei salarial que a Arena acabou de aprovar por ordem de Figueiredo. Os grevistas não cairam na armadilha de ficar discutindo índices de aumento da produtividade. Fixaram a reivindicação que lhes pareceu conveniente, possível, e partiram para a luta por ela. Se este exemplo for seguido, o novo arrocho não passará. Terminrá na lata do lixo, junto com o decreto antigreve de Geisel, o decreto anti-UNE de Figueiredo e outros mais.

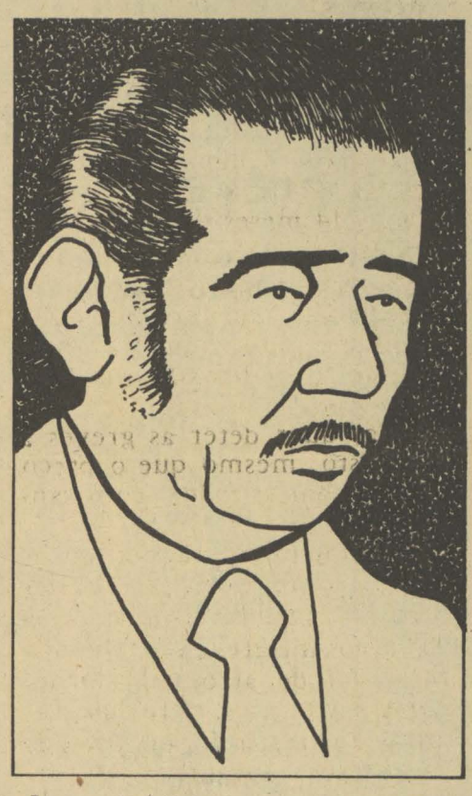
É um fato de grande importância, porque não são somente os metalúrgicos que estão em campanha. São também os têxteis, os gráficos e várias outras categorias, totalizando somente em São Paulo mais de um milhão de trabalhadores. Os metalúrgicos se lançaram na frente, como setor líder que são, mas podem encontrar seguidores. Insatisfação e revolta entre os assalariados não faltam para que isso aconteça. E o caminho agora já está desbravado, facilitando a marcha das outras categorias.

Joaquim perdeu o bonde

Quem não anda nada satisfeito com o rumo dos acontecimentos é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade. "Ele perdeu totalmente o controle da categoria", afirma-se nos Comandos de greve, onde domina um forte sentimento antipelego.

No ano passado, quando viu que a greve era inevitável, Joaquim resolveu assumí-la e manobrou-a no sentido de um compromisso favorável aos patrões, que até hoje não passa na garganta dos metalúrgicos. Este ano sua tática foi outra. Vendo as assembléias vazias, ele apostou no fracasso da greve. Deixou a iniciativa na mão dos comandos, aceitou a criação de subsedes do Sindicato nas áreas industriais, tudo sem se comprometer. Lavou as mãos, visando descarregar o peso de uma eventual derrota sobre os que se opõem ao seu reinado no sindicato.

O assassinato de Santo atrapalhou os planos do velho pelego. A greve ganhou força, e junto com ela os comandos, a oposição, a corrente dos que batalham por um sindicalismo classista. Além disso, Santo fora candidato à diretoria do sindicato em 1978 pela chapa 3, da oposição. As homenagens prestadas a ele funcionaram na prática como apoio a uma visão do movimento operário oposta à de Joaquim.


Joaquim: a greve escapou-lhe

"Joaquim está querendo acabar com a greve desde que morreu o Santo", é a opinião dominante nos comandos. Mas, o que ele conseguiu foi isolar-se, recebendo vaias sonoras e praticamente unânimes.

Mesmo assim, este dirigente sindical "pelego, mas vivo", como se comenta, não é homem de entregar os pontos facilmente. Em 15 anos como presidente da entidade, ele já passou por outros momentos difíceis e conseguiu manter o posto. Hoje, Joaquim busca atualizar suas alianças e, com habilidade, trata de adaptar-se aos novos tempos. "Tem que se denunciar as manobras dele, apoiado pela reforma, porque se houver espaço ele aproveita", comenta um membro do Comando da Oeste.

Às mulheres na greve

Elas são muitas, uma força que cresce dentro da categoria. São as mulheres metalúrgicas, peça importante da greve de Osasco e Guarulhos.

Sua participação é um dos melhores termômetros do êxito ou fracasso das mobilizações operárias. Se as mulheres estão presentes, é bom sinal. Se não estão, é quase certo que alguma coisa anda errada, que o movimento carece de profundidade.

Em Osasco, por exemplo, a ausência das mulheres (ao lado do pequeno comparecimento às assembléias e da divisão da categoria) era um sinal que desde o início permitia prever sérios problemas para o êxito da greve metalúrgica.

Já em São Paulo a presença feminina foi maior, tanto na paralisação e nas assembléias como nos piquetes e até nos comandos. Ainda na manhã do primeiro dia do movimento, uma moça alta, transbordante de energia, falava a um grupo na porta do sindicato: "Nós somos 18 mulheres na firma, pararam 17. E dos 21 homens só pararam quatro. Vocês — volta-se para os homens — deviam é ter vergonha!". E depois contava sobre a única fura-greve, como pedindo desculpas: "Éla não é da produção, é do escritório. Deu uma desculpa para entrar e ficou trabalhando. Mas eu pego ela na saída".

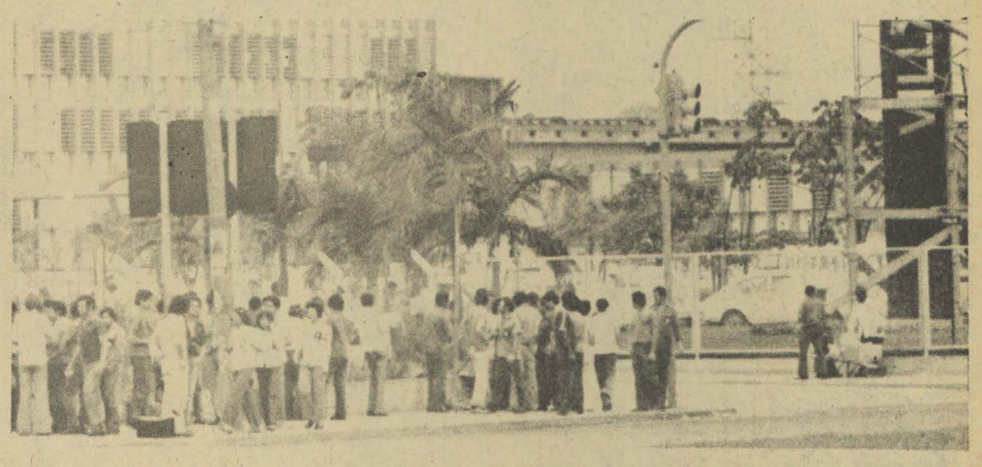
Lays, uma das metalúrgicas do Comando de Greve da Zona Oeste, fala da participação de suas companheiras. "É fraca", admite. Mas acrescenta: "Faço um cumprimento às mulheres da Siemens. Pararam antes dos homens. E chegaram a chamá-los de maricas!".

"Mulher — continua ela — geralmente tem um pouco de medo de piquete. É porque vendem a imagem de que piquete é baderna. Mas quando compreendem do que se trata, elas participam".

Depois, fala da presença feminina nos comandos. "A Oeste tem duas mulheres no comando. Na Leste, são quatro. Na Norte, um dos melhores do comando é mulher".

Além das operárias, as mulheres dos grevistas jogam um papel direto na paralisação. Sua atitude tem muito peso, influi no estado de espírito de toda a categoria. Ana Maria do Carmo Silva, a viúva de Santo, falou à **Tribuna Operária** sobre o assunto: "As mulheres, sobretudo as mulheres dos operários, dos metalúrgicos, têm de estar na luta. Eu me orgulho de ter estado com meu companheiro até a última hora, participando dos piquetes, de tudo, ombro a ombro com ele. Quando o marido e a mulher estão juntos, unidos, a vida tem muito mais valor. A gente sempre conversava sobre a situação dos trabalhadores. Via que eles trabalham 15, 16 horas, para comer arroz puro. Santo sempre falava nisso."

PIQUETÃO MOSTRA SEU VALOR



Talvez ele seja o maior piquete da história das greves no Brasil. No dia 1º reuniu 7 mil trabalhadores, ao encerrar sua tarefa do dia com um comício no Largo 13 de Maio. No dia 5, concentrou 5 mil pessoas diante da Metal Leve.

É o piquetão da Zona Sul, irmão maior de outros, também enormes, que atuam nas outras concentrações metalúrgicas de São Paulo. São estes piquetes que têm garantido uma adesão crescente à greve. No início da paralisação, os piquetes tinham 50, 100, 150 membros, e sofriam duramente o ataque dos órgãos repressivos. Depois da morte de Santo, a polícia recuou e os piquetes originais foram engrossando, com a adesão de operários que largavam o trabalho, até somar muitas centenas ou mesmo milhares de pessoas.

Os piquetões têm se mostrado eficientes porque oferecem aos metalúrgicos das empresas que não pararam a oportunidade concreta de aderir à greve, transformando sua disposição de luta em ação concreta. Ao contrário do que dizem os patrões e a imprensa a seu serviço, eles não funcionam como instrumentos de coação. Se as fábricas param, é porque este é o desejo de quem trabalha nelas. Neste sentido, representam a sistematização de uma prática que já vinha sendo empregada em maior ou menor grau durante outras greves, enriquecem o arsenal do movimento operário.

Ao mesmo tempo, é forçoso reconhecer que os piquetões surgiram, em parte, para compensar uma certa falta de organização da greve dentro de cada empresa. Foi esta deficiência que impediu a greve de alastrar-se por várias firmas, inclusive de grande porte, enquanto a repressão foi mais forte. Muitos ativistas metalúrgicos apontam esta falha como o ponto fraco de sua greve e do movimento operário em geral. E indicam a organização dentro das empresas como o caminho para dar um grande avanço, na sua luta, dotando-a de uma estrutura à prova de repressão, capaz de funcionar mesmo nas condições mais difíceis, conforme explica a experiência operária, recentement confirmada pelos metalúrgicos da Belgo Mineira em Monlevade (MG).

Onde esta organização existe — e ela já existe em certo grau —, a greve brota de dentro da empresa. E o movimento operário passa a retirar forças da própria organização imposta pelos patrões para aumentar a taxa de exploração. Este é um problema ainda por resolver, aliás um velho problema do movimento grevista no Brasil, que impediu, por exemplo, uma resposta mais efetiva ao golpe militar de 1964. Superá-lo, com a multiplicação dos comitês de fábrica, é um desafio do momento atual, mais ainda no momento em que a brutalidade policial se abate sobre as greves com força cada vez maior. Combinar essa forma de organização com a participação organizada nos sindicatos, para arrancá-las das mãos dos pelegos e do Ministério do Trabalho, é outro desafio urgente que se coloca para o movimento sindical.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Fala o Povo

Seja você também um correspondente da Tribuna Operária. *Escreva sua carta-reportagem, direta e objetiva. Denuncie a exploração e a repressão. Divulgue as lutas de sua classe. Analise a situação politica. Faça criticas. Dê sugestões. O povo precisa ter sua própria imprensa. Com seu apoio pode-se construir a mais vigorosa imprensa do pais. Escreva.*

O prefeito não recebe o povo. Manda dizer que não está.

No dia 24 de outubro, perdendo o salário de um dia de trabalho, mais de 3 mil moradores de cerca de cem bairros da periferia de São Paulo com problemas de loteamento clandestino enfrentaram o calor e a distância e foram ao gabinete do prefeito pedir uma solução urgente e definitiva para o problema. Apesar da audiência ter sido marcada com antecedência, o prefeito não recebeu nem os moradores nem a comissão formada com representantes de todos os bairros. Mais uma vez o povo se sentiu enganado e exprimiu sua revolta aos gritos de "Queremos pisar em nossa Casa!" e "prefeito sem eleição nunca nos dá atenção!" O prefeito mandou apenas seu secretário para marcar outra data para audiência e receber o abaixo-assinado com cerca de 25 mil assinaturas. E o povo foi embora sendo mais uma vez desrespeitado. (A comissão organizadora dos moradores dos loteamentos clandestinos).

Violeiro com a greve

Um operário-poeta da construção civil, solidário com os metalúrgicos, oferece este pagode aos seus companheiros em greve:

O custo de vida sobe
sobe mais do que foguete
operário passa fome
e o patrão só faz banquete
dinheiro prá quem trabalha
isto é manga de colete
pobre mora nas favelas
e os patrões no palacete
Quando vai pedir aumento
polícia desce o cacete

O progresso da nação
é a força da mais-valia
do suor dessa pobreza
que derrama todos dia
Quem dorme em cima de lucro
é a tal da burguesia
E os pobre trabalhador
Nunca teve regalia
Só vê a mulhé falá
que a panela tá vazia.

Nós temos que dar um jeito
não pode ficar parado
o pão dos trabalhador
cada vez mais racionado
é crise em cima de crise
que nós temo atravessado
os pobre trabalhador
de sofrer já está cansado
começou partir prá luta
o exemplo é São Bernardo.

E São Paulo foi um marco
onde as lutas começou
partindo pro ABC foi
que a greve se alastrou
companheiro fez piquete
pra evitar os furador
A polícia dos patrão
muito peão espancou
operário estava unido
nada disto adiantou.

Companheiro veja bem
as coisas do dia a dia
os pobres são carta baixa
e os patrão são as manilha
por isso vamos lutar
pelas nossas garantia
o direito que é nosso
vamos conquistar um dia
depende nossa união
pra quebrar a burguesia.

Nós temos que dizer não
prá tudo que está errado
esse inferno que nós vive
tem de ser eliminado
a força dos operários
isso é fato consumado
o que temos foi de luta
conseguida no passado
As manilha somos nós
prá criar o nosso Estado.
(Zé Operário).

Movimento contra a Carestia na Zona Oeste

No dia 3 de novembro último realizou-se a primeira reunião do Movimento contra a Carestia na Zona Oeste de São Paulo. Compareceram representantes de 15 setores do Movimento na capital. Mais de 80 pessoas participaram da reunião, unindo-se aos protestos contra os baixos salários e o elevado custo de vida. Foram feitas sugestões importantes, visando implantar e divulgar o Movimento contra a Carestia nos bairros da região. (José M.Dias - São Paulo).

Solidários nas lutas de todos os trabalhadores, os bancários cederam sua sede para o lançamento, por entenderem que a luta contra a alta do custo de vida liga-se à luta dos bancários por melhores salários e pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade (Silvio - bancário - S.P.).

Apoio ao jornal

Queremos nos congratular com os companheiros pela feliz iniciativa num momento de grande ascensão das lutas operárias por melhores condições de vida e por uma sociedade mais justa. Nós do jornal UAI, aqui do interior de Minas — acompanhamos com atenção todos estes trabalhos que visam a união e organização do proletariado. Longa vida ao Tribuna da Luta Operária e que a luta continue.
Domingos Abreu Miranda, pelo jornal UAI.

Venho dar meu apoio e incentivo a este novo jornal que defende causas justas, identificando-se com os anseios de nosso sofrido povo. Contem com algumas colaborações por aqui para que possamos juntos e com o povo acelerar o processo de emancipação dos trabalhadores brasileiros. Abraços e solidariedade.
Benedito Quintino Marques, Cambuí - sul de Minas.

A Tribuna da Luta Operária, por expressar claramente os objetivos de nossa gente a curto, médio e longo prazo, tem destacado papel nas próximas lutas. Chega de canais de comunicação a serviço dos patrões nacionais e estrangeiros, que deformam a seu bel-prazer as informações que não são de seu interesse. Bem vinda a TLO — este sim o nosso jornal.
José Luiz Passos Jorge, vice-presidente do Grêmio livre "Antônio Ribas".

Dilema do rodoviário

Nós, trabalhadores dos transportes coletivos, somos submetidos a uma grande exploração. Só através de nossa unidade conseguiremos por fim a este estado de coisas. A diretoria do sindicato nada tem feito ao menos para despertar a categoria contra as arbitrariedades dos patrões. A pelegada deve estar comendo gordo, junto com os patrões. Mas eles não perdem por esperar. Temos também um problema sério quanto a nossa organização, devido ao nosso tipo de relação na produção. Muitas vezes não temos nem tempo de conversar com o cobrador que trabalha conosco. E o pior é que até alguns companheiros no desespero apelam também para a delação, na esperança de ganhar a simpatia do patrão e passar a inspetor, ganhando mais algumas migalhas; assim, ficam definitivamente contra a classe. Outros pensam no sindicato como um emprego e não como uma trincheira em defesa da categoria.

Mas uma coisa nos alegra. Temos uma juventude que começa a assumir a luta e o trabalho de maneira mais firme, reagindo às manobras dos patrões.

Devemos nos organizar dentro e fora do sindicato. E até quando travamos uma luta econômica precisamos travar a luta política. Não tardará o dia em que os trabalhadores despertarão para a sua missão histórica e até mesmo pela violência acabarão com a exploração do homem pelo homem. Estarão trazendo a felicidade para o povo brasileiro e dando um grande passo para libertar toda a humanidade da exploração capitalista. (Antônio Carlos Martins - rodoviário, RJ).

Eletricitários: Unir a categoria e fortalecer o sindicato

Neste momento em que se inicia mais uma campanha salarial, é de fundamental importância que os companheiros entendam que *diretoria* e *sindicato*, mesmo unidas, são duas coisas diversas. E quando a direção de um sindicato é ocupada por quem não defende, de forma conseqüente, os interesses dos trabalhadores, mesmo assim os trabalhadores devem comparecer em massa às assembléias e reuniões.

Ir ao sindicato é um passo importante, mas não é tudo. É de igual importância que a parcela mais consciente e combativa dos eletricitários não se radicalize isoladamente, desligada do conjunto da categoria. Por certo que é mais atraente acenar com propostas que satisfariam imediatamente as necessidades econômicas dos trabalhadores. Ao contrário, ir aos locais de trabalho, comparecer aos ambientes freqüentados pelos trabalhadores, visitar seus lares, entender e discutir seus problemas, anseios e aspirações, é difícil e não traz admiração e aplausos da noite para o dia. Mas este é um caminho a ser trilhado, pois não se constrói a casa sem antes construir os andaimes.

Nenhum esforço será demais, nenhum sacrifício será em vão, se isto for feito no sentido de *unir ainda mais nossa categoria e fortalecer o sindicato*, independente do fato da diretoria ser ocupada por A, B, ou C.

Conta certa história que um criador de ostras, ao deparar no viveiro com uma estrela do mar (animal marinho que se alimenta de ostras) cortou-a em muitos pedaços, atirando-os de volta ao viveiro. Alguns dias depois, ao retornar ao local, notou, surpreso, que de cada pedacinho havia nascido uma nova estrela do mar.

Recentemente nossa categoria sofreu um golpe rude e desleal com a demissão de vários dos mais destacados companheiros, demissões que ainda não foram explicadas de maneira convincente. Confiamos que o exemplo das estrelas do mar seja seguido por nossa categoria. (N. Gomes - SP).

Rompendo a escuridão

Mais um tabu que perdurou durante os quinze anos de ditadura militar fascista acaba de ser rompido: greve no setor de eletricidade. Os trabalhadores da Companhia de Eletricidade de Pernambuco — CELPE — completavam nesta segunda-feira 7 dias de greve.

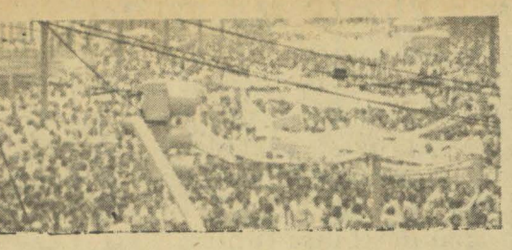
Eles reivindicam um reajuste que varia de 77% a 91%, além da readmissão de 5 funcionários que faziam parte da Comissão de Salários e foram arbitrariamente demitidos. Durante a greve algumas regiões do Recife ficaram às escuras, já que os operários do setor de manutenção se recusaram a fazer os reparos das avarias ocorridas durante o período da greve. Também os eletricitários da CHESF — Companhia Hidroelétrica do São Francisco, na Bahia — aderiram ao movimento dos seus companheiros pernambucanos e foram vitoriosos. Conseguiram não só o reajuste pedido, como também a estabilidade — de um ano — para os membros da Comissão de Salários. Já em São Paulo e no Rio, onde houve recentemente uma campanha por reajuste de salários, os eletricitários não só não foram vitoriosos, como ainda foram desfalcados com a demissão de suas principais lideranças — inclusive membros da Comissão de Salários, cuja estabilidade havia sido prometida pelo presidente da Light. A atual direção do Sindicato dos Eletricitários de S. Paulo recusou-se a tomar qualquer medida efetiva para a readmissão dos demitidos.
(Maria José - SP)

Vida de bancário

Li o nº 0 desse jornal e gostei dele. Envio para publicação poesia de minha autoria. Sou integrante da Oposição Sindical Bancária da Paraíba. A poesia fala por mim como bancário.

Oito horas de trabalho/ Do dia de hoje/ De todos os dias/ Do dia de amanhã/ Começa o trabalho no banco/ Começa o banco de trabalho/ Enfadonho/ repetitivo/ nada alegre/ nada atrativo/ calcular/ somar/ contabilizar/ rendas, juros/ tudo muito pro banco/ Ordenado contado/ descontado/ tudo medido/ comedido/ tudo pouco/ pro bancário/ seis horas de trabalho/ mais duas de extra/ trabalho extra/ lucro extra/ o trabalho, extranormal/ O rendimento, extra legal/ tudo pro pagamento/ de uma roupa/ de trabalho/ gravata e camisa social/ Que como o bancário/ se consumiu/ No dia a dia/ A vida passa/ o banco fica/ cada dia mais rico/ e o bancário/ cada dia mais velho/ Mais alquebrado/ Envelhecido/ adoentado/ Da vida, aposentado/ do trabalho, ainda não/ A aposentadoria, um sonho/ A vida, uma ilusão/ O banco uma realidade/ É preciso manter o capital do monstro/ E o monstro capital/ Quando da velho/ Zé bancário finda aposentado/ Da vida e do banco. (José de Souza - Paraíba).

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



José Duarte na praça, de novo. E na luta, como sempre.

A UBES voltando

Os estudantes secundaristas de São Paulo estão de volta às ruas e ao cenário de lutas que sacode nosso país de norte a sul.

Sim. De novo os secundaristas em São Paulo e no resto do país, se reorganizam. Em distintos pontos do país, a política educacional antipopular associada à falta de liberdades, mobiliza milhares de secundaristas. No Paraná, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Paraíba e vários outros estados, já se ergueram as entidades gerais dos estudantes de colégio, como a UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundários) UMES-BH, UMES-Porto Alegre, SIVUB-BA, e a ASC (Associação dos Se undaristas de Campinas) entre outras.

Nos últimos dias 3 e 4 de novembro os secundaristas de 15 estados se reuniram em Belo Horizonte para discutir a unificação de lutas e campanhas a nível nacional, já acenando com a reconstrução da nossa UBES.

Em São Paulo, existe quase uma dezena de grêmios livres, entidades organizadas e dirigidas por nós mesmos, sem a tutela de diretor, professor, ou quem quer que seja. Neste ano, além de vários centros cívicos que foram conquistados nos colégios por chapas de oposição, vários grêmios foram nascendo. No cursinho da Poli, foi construído o 1º grêmio de estudantes de pré-vestibular.

Nesse meio tempo, já participávamos da organização dos secundaristas em São Paulo, e fomos os primeiros, juntamente com um grupo de alunos do curso Objetivo e do curso Anglo, a lançar o movimento por Vagas para Todos, que cresce a cada semana, aumentando o número de escolas que participam.

No final de setembro, foi realizada no salão Beta (PUC-SP), uma Assembléia Metropolitana que unificou os secundaristas nesta luta, definindo as palavras de ordem do movimento e aprovando a meta de 50 mil assinaturas, além da formação da Coordenação Secundarista da Campanha Vagas para Todos, onde cada escola tem um voto. Dela participaram grêmios, centros cívicos e comitês pró Vagas, que se estruturaram para levar a luta, em três comissões: a de Imprensa, a de Finanças e a de Agitação que inaugurou este ano as Brigadas de Pixação, onde dezenas de colegiais tomam a frente das escolas, realizam comícios lendo o texto do abaixo-assinado e coletam assinaturas.

Nos dias 10 e 11 será realizado o 1º Encontro Metropolitano dos Secundaristas no colégio São Bento; e lá, nós discutiremos, entre outras coisas, a política educacional. Tiraremos novas lutas e campanhas, antecipando a luta pelo passe escolar para estudante de cursinhos, contra os decretos que impedem nossa livre organização e contra o ensino de Moral e Cívica. Prosseguiremos e fortaleceremos a luta por vagas para todos.

Convidamos todos os estudantes de ginásio, colégio, supletivos, seriados e cursinhos a participarem do encontro que será aberto dia 10, sábado, 10 h da manhã, pelo ex-vice-presidente da UBES, Bernardo Joffily.

(Grupo de Correspondentes e distribuidores da «Tribuna Operária» no Cursinho da Poli).

Foi para a «Tribuna» a primeira entrevista de José Duarte.

Alto, forte, os últimos fios de cabelo abandonando a cabeça digna, ele caminha sorrindo entre a multidão reunida na praça da Sé. É o ato público realizado por ocasião da missa de sétimo dia do assassinato do operário Santo Dias da Silva. O velho líder operário José Duarte, de 73 anos, 57 anos de militância política, 34 prisões, anistiado quatro vezes, a última em setembro último, está comparecendo a uma manifestação pela primeira vez depois e muitos anos de clandestinidade.

Vem prestar solidariedade ao companheiro abatido e à sua classe. Reconhecido, provoca um pequeno tumulto, é abraçado e saudado por grande número de companheiros. Assiste à manifestação profundamente emocionado, e comenta satisfeito:

«A praça volta a ser do povo».

Antes de iniciar a entrevista, Zé Duarte fez questão de agradecer a todos os que lutaram até agora pela anistia, principalmente as mulheres: «a anistia foi uma vitória do povo e não uma dádiva do governo, já que os governanates há pouco mais de um ano consideravam crime falar em anistia. E não raro ameaçavam enquadrar na Lei de Segurança Nacional aqueles que se referiam a esta grande luta. A anistia ainda é parcial, mas estamos certos de que a luta continuará até que seja alcançada a anistia ampla, geral e irrestrita, permitindo que todos voltem a suas famílias e a seus empregos».

TLO — Qual o papel dos anistiados no atual processo político?

«É continuar o combate pelos ideais por que sempre lutaram. Transmitir sua experiência a essa juventude ávida de conhecimentos, para que o país se liberte das imposições das grandes empresas imperialistas principalmente norte-americanas; para que a nação alcance ampla e plena democracia e todos os partidos possam ter existência legal, em particular o partido de vanguarda da classe operária: o PC do Brasil».

TLO — Como líder operário, o que acha do papel desempenhado pela classe operária na luta popular hoje?

«A participação da classe operária nas lutas que se travam atualmente decorre de uma necessidade histórica que ela tem a cumprir; isso por que as demais classes perderam as condições de dirigir os destinos dos povos; são incapazes de encaminhar soluções que acabem com a crise que assola o mundo inteiro e na qual o Brasil também se encontra atolado, particularmente nos últimos 15 anos. Em 64, os militares assumiram o poder propondo-se a acabar com a crise em que o país vinha se debatendo. Além de não o conseguirem, fizeram com que ela se agravasse ainda mais, elevando a dívida externa de cerca de 4 bilhões para mais de 50 bilhões de dólares atualmente. Esse dinheiro todo foi parar nas mãos de meia dúzia de milhardários estrangeiros e nacionais a eles ligados. Enquanto isso, existem 33 milhões de famintos espalhados pelo Brasil inteiro, enquanto outros 30 milhões não se alimentam o suficiente para manter seu equilíbrio orgânico. E o índice de mortalidade infantil é um dos mais altos do mundo».

TLO — O que acha do papel da imprensa operária e popular? Nesse sentido, qual a importância da TLO?

«A imprensa operária e popular sempre foi uma necessidade para defender todos os que trabalham e lutam por seus direitos. Só através dela os trabalhadores, os patriotas e democratas podem externar seu ponto de vista em relação aos problemas em curso no país, já que a imprensa das classes dominantes além de impedir que eles se manifestem, quando publica alguma coisa a seu respeito é sempre de maneira deturpada. A imprensa operária e popular sempre foi perseguida pelas autoridades a serviço das das classes dominantes; mas a classe operária, os patriotas e democratas sempre encontraram formas de ter a sua imprensa. Neste momento, aparece a Tribuna Operária que tem um grande papel a desempenhar, levando ao conhecimento de toda a população o combate que o operariado e todos os oprimidos travam atualmente por seus direitos, pela democracia e o progresso.

TLO — Como você ingressou no movimento operário?

«Comecei a lutar no movimento operário com 15 anos. Aos 14 anos me empreguei na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, (em 1921), numa época de grande crise em conseqüência da 1ª Grande Guerra Mundial. Devido à crise, desenvolviam-se lutas no Brasil inteiro por melhores condições de vida e de trabalho. Esse fenômeno atingia também os ferroviários da Noroeste do Brasil. Daí termos iniciado a luta nessa época, junto com os demais trabalhadores. Aos 17 anos ingressei no Partido Comunista do Brasil, do que muito me orgulho. Desde então, tive participação em todas as lutas econômicas, sociais e políticas que se desenvolveram no Brasil. Isso teve como conseqüência até hoje 34 prisões; algumas delas sem processo; mas no total estive preso cerca de 15 anos, porque fui beneficiado por 4 anistias. Numa das vezes fui condenado a 68 anos. Mas graças à anistia de 45 fui libertado tendo cumprido apenas 5 anos. Vivi 22 anos na clandestinidade. Fui preso pelo simples fato de ser comunista e de me colocar sempre ao lado dos oprimidos; por defender os altos interesses da pátria contra a voracidade dos capitais estrangeiros que sempre procuraram apoderar-se das riquezas nacionais; por combater pelo progresso e a independência: para que o país volte à plena democracia com a convocação de uma assembléia constituinte livremente eleita e por eleições diretas em todos os níveis, convocadas por um governo provisório democrático».

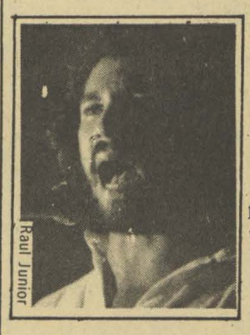
Olívia Rangel

Os trabalhadores e a imprensa, surgimento da *Tribuna:* algumas opiniões.

Ana Maria do Carmo Silva, viúva do operário Santo Dias da Silva assassinado pela polícia num piquete de greve, dia 30 de outubro, em São Paulo.

«O jornal é aquilo que nós estávamos esperando. A gente tem pouco tempo para ler, mas quando tem alguma coisa que interessa a gente lê de qualquer jeito. Acho até que devemos fazer grupinhos de leitura para informar o pessoal que não sabe ler. E vamos escrever também falando as coisas que achamos e fazendo críticas. Acho que este jornal vai ter vida, vai ajudar a luta. Cada leitor tem que ser um divulgador. Acredito muito nele. Ele traz a mensagem que os outros jornais não davam — a mensagem para o trabalhador. Achei que ele é muito bom. Acho que deve estrevistar mais gente simples, dar espaço para o povo».

Também o movimento estudantil, como parte integrante das forças do povo, compõe o público da Tribuna.



Rui César Costa e Silva, presidente da UNE.

A Tribuna da Luta Operária veio em boa hora!

O avanço da luta operária no nosso país já necessitava há algum tempo de uma tribuna desse tipo. Sem dúvida nenhuma, ela veio no momento certo. É um jornal que deve ser lido e apoiado por todos aqueles que compreendem a importância dos trabalhadores no processo de transformação social e política do país e que estão efetivamente comprometidos com essa transformação.

A Tribuna da Luta Operária representa mais um passo na luta pela conquista das mais amplas liberdades em nosso país, rumo ao socialismo. A luta que nós estudantes travamos por uma universidade democrática, que os trabalhadores travam por melhores salários, que todo o povo trava por melhores condições de vida, está intimamente ligada com a luta pelo completo fim da ditadura.

A Tribuna da Luta Operária deve ser lida, apoiada e defendida por nós estudantes e por todo o povo.

Irma Passoni, deputada estadual paulista, eleita pelos movimentos de periferia da Zona Sul.

O jornal Tribuna da Luta Operária se propõe a ser um dos porta-vozes dos movimentos populares em São Paulo e em todo o Brasil. Tenho confiança nesse propósito firme. E aproveito esta tribuna para denunciar os graves acontecimentos relacionados com a greve dos metalúrgicos de São Paulo. O movimento operário está de luto. O povo brasileiro está de luto pelo assassinato de seu companheiro Santo Dias da Silva. Há mãos sujas de sangue. E este sangue clama por justiça.

É preciso que se aponte os responsáveis pelo assassinato de Santo e pela repressão assassina que se abate sobre o movimento operário em São Paulo. É preciso que se aponte o dedo para a FIESP, que, na sua insensibilidade, intransigência e ganância, reduziu uma negociação salarial a uma trágica farsa. É preciso que se aponte o dedo para o Ministério do Trabalho, na pessoa de Murilo Macedo, o outro grande responsável pelo terrível crime contra o movimento operário. É preciso que se aponte o dedo para o secretário da segurança pública de São Paulo, sr. Gonzaga Júnior. Esses três grandes culpados representam um verdadeiro estado maior do crime — testas de ferro conscientes deste sistema onde o arbítrio é regra geral e a exploração do povo é o objetivo. Creio que o jornal pode juntar-se aos que acusam este sistema arbitrário, mantendo sua coerência na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

Edvardes Monteiro, Líder camponês e fundador do sindicato rural de Guanambi, sertão da Bahia.

"Li o jornal *Tribuna da Luta Operária* e acho este jornal muito importante. Para nós, camponeses e operários, este jornal tem um papel importante, pois vai falar de nossos problemas, de nossas lutas, e também das coisas que interessem aos oprimidos do Brasil. Li o seu programa e li também o primeiro número do jornal e vou dar apoio e ajudar este jornal, porque ele e o jornal dos trabalhadores. É um jornal diferente, que não defender os interesses dos patrões e dos exploradores do povo. O jornal precisa trazer mais fotografias e aumentar, crescer, até que todos os operários e camponeses do Brasil, todos, andem com ele debaixo do braço".

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Quem gasta mais em armas: EUA ou URSS

Desde meados da década de 60, os Estados Unidos e a União Soviética vêm negociando inúmeros acordos pretensamente destinados a pôr fim à corrida armamentista, discutindo desde a proibição do uso de armas bacteriológicas até a criação de áreas desmilitarizadas. Nos últimos anos, ambos os países se encontram empenhados em demoradas conversações para o controle de armas estratégicas, as negociações SALT, destinadas a fixar limites para as suas reservas de armas nucleares.

Mas enquanto os ministros e presidentes viajam, prometendo ao término de suas reuniões futuros tempos de paz, a indústria de armamentos continua a produzir aceleradamente, exigindo cada vez mais verbas. Os Estados Unidos deverão gastar, em 1980, pelo menos 122 bilhões de dólares com suas forças armadas, quase 23% de seu orçamento federal e 4,9% de seu Produto Nacional Bruto.

Do outro lado, o governo soviético destina entre 11 a 13% de seu PNB às despesas militares, com aumentos de 5% por ano no orçamento de suas forças armadas, segundo a revista **Time**. Em conjunto, as duas superpotências contam atualmente com quase 3 mil mísseis balísticos intercontinentais, mais de 60 mil tanques e cerca de 5 milhões e 700 mil homens em armas.

E novos armamentos continuam a ser desenvolvidos e instalados: enquanto os Estados Unidos destinam 37,4 bilhões de dólares para os programas dos mísseis «Cruise» e «MX», a União Soviética estacionou somente no ano passado, cerca de 100 mísseis atômicos SS-20 na Europa Oriental, além de 90 bombardeiros nucleares «Backfire». Além de seus próprios exércitos, os EUA e a URSS, como principais exportadores mundiais de armas, equipam também outros países. Por ano, os Estados Unidos vendem 150 aviões de combate, e a União Soviética cerca de 280. Será que o caminho da paz é esse mesmo?

Bolivia: povo enfrenta o golpe de armas na mão

Na madrugada de 1 de novembro, quinta-feira, soldados e tanques do exército boliviano cercaram o palácio Quemado, sede do governo, desencadeando um novo golpe militar no país, menos de cinco meses após as últimas eleições democráticas ocorridas na Bolívia. O chefe dos golpistas, coronel Alberto Natush Bush, ex-ministro do ditador Hugo Banzer, anunciou ter assumido o posto do presidente Walter Guevara Arce, utilizando como pretexto um velho chavão: a existência de uma conspiração extremista no país.

Aparentemente, o golpe tinha tudo para dar certo: Natush determinou todas as medidas de praxe: impôs o estado de sítio e o toque de recolher, fechou o Congresso, censurou a imprensa e nomeou um novo comando militar. Qualificando-se cinicamente de tendência de esquerda nacionalista, o coronel disse pretender iniciar uma "democratização verdadeira e efetiva", sem especificar o que entende por

Bush: a serviço de Brasília?

democracia e sem mesmo recordar que ele seria o menos capacitado para ensiná-la.

De fato, o plano golpista estava perfeito, impecável. Tropas nas ruas, as rádios transmitindo boletins oficiais, etc. Mas um detalhe parece ter escapado ao coronel golpista: o povo boliviano. E esse "detalhe", por intermédio de suas entidades autênticas, como a Central Operária Boliviana (COB), iniciou imediatamente uma poderosa reação ao golpe, deflagrando uma greve geral. Manifestantes saíram às ruas, sendo selvagemente atacados pelas tropas militares, causando centenas de mortos e feridos.

As baixas não intimidaram a população, e esta passou a resistir com todos os meios de que dispunha. A capital boliviana foi tomada por barricadas, onde operários, estudantes e policiais enfrentavam ataques de blindados e aviões. A greve geral se ampliava. Três dias após o golpe, todos os partidos políticos, entidades sindicais e estudantis, associações e membros da Igreja se encontravam engajados na luta contra os golpistas. O presidente Guevara Arce, que passou à clandestinidade com seu ministério, continuava a conclamar o povo à resistência.

Natush viu-se forçado a mudar de tom, propondo ao Congresso — que desacatou o seu decreto de fechamento — a sua manutenção na presidência, em troca da formação de um gabinete civil composto pelos principais partidos. Alguns parlamentares vacilaram diante da proposta, mas a maioria manifestou-se contra.

Mesmo na área militar, onde o coronel pretendia ter um grande apoio, notam-se sinais de divergências. O general David Padilha, ex-presidente do país, emitiu uma mensagem às forças armadas, afirmando que Natush "assassinou inocentes por motivos fúteis" e qualificando os golpistas de traidores. Os Estados Unidos, por sua vez, condenaram — ao menos publicamente — o golpe militar, temendo que este leve a uma radicalização maior das massas, tal como ocorreu na Nicarágua.

Na quarta-feira, seis dias após o golpe, o país continuava conflagrado, não só em La Paz, mas também no interior da Bolívia. Em Achakachi, a 70 quilômetros da capital, camponeses ocuparam um quartel do exército por 12 horas, antes de serem desalojados. Os tiroteios prosseguiam nos subúrbios da capital. A greve geral continuava.

Sem bases de apoio a não ser suas próprias tropas, o golpe de Natush parece se encaminhar para o fim. Talvez ainda obtenha o apoio de grupos conciliadores, mas isto de nada servirá para conter a reação popular de repúdio. Caso persista no poder, Natush provocará um novo avanço na luta das massas bolivianas, que avaliará exatamente com quem poderá contar, em seu caminho para a total libertação.

Mas o coronel seria tão incapaz a ponto de desfechar um golpe sem verificar primeiro com quem poderia contar? Segundo fontes bolivianas em Montevidéu, Natush teria o apoio do Brasil, Argentina e Chile, pois o presidente Arce estava se opondo aos interesses dos três países na Bolívia. Além disso, "Natush é vinculado aos pecuaristas de Beni, na fronteira com o Brasil, dos quais muitos se encontram endividados com o Banco do Brasil"...

FAÇA LOGO SEU PEDIDO

Este livro é um canal de comunicação entre os presos políticos do Rio de Janeiro e a sociedade brasileira.

Reúne seus depoimentos e um testemunho sobre a institucionalização do aparelho repressivo e da tortura, sistema montado pelo regime com o objetivo de perpetuar a exploração e a opressão do povo brasileiro. Porque a tortura foi, é e será sempre, uma arma dos opressores contra as classes oprimidas.

PREENCHA O CUPON ABAIXO E ENVIE JÁ PARA O NOSSO ENDEREÇO:
S. PAULO: Rua Beneficência Portuguesa, 44/206 - Centro - CEP 01033

Desejo receber de TRIBUNA OPERÁRIA ..... exemplares do livro "A ESQUERDA ARMADA", ao preço unitário de Cr$ 100,00 ☐

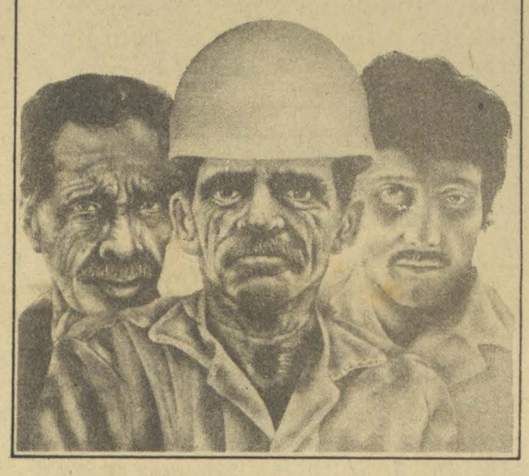
Nome .....

Endereço .....

Cidade ..... CEP ..... Estado .....

Assinatura .....

Contribua para a Tribuna Operária e ganhe o original colorido do quadro de Elifas Andreato publicado em nosso número zero. Concorra à rifa natalina de sustentação do seu jornal.



Rússia, 1917: trabalhadores no poder

Rússia, 7 de novembro de 1917. Operários e camponeses através da insurreição armada tomam o poder. Nas ruas, nas fábricas, nos campos, nos quartéis, rompem as correntes da exploração e da opressão capitalista e tomam em suas próprias mãos o destino do país.

Começava a construção do primeiro estado socialista da história, inaugurando uma nova era para os trabalhadores e os povos de todo o mundo.

O governo revolucionário tratou logo de retirar a Rússia da guerra provocada pelas disputas capitalistas, restaurar a paz e reconstruir o país. Tratou também de unir todos os povos antes dominados, formando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Todos os meios de produção, as terras, as fábricas, as usinas, passaram a ser propriedade da classe operária e dos trabalhadores do campo. A economia passou, então, a ser dirigida para atender às necessidades da classe operária e do povo em geral. O desenvolvimento da produção não era mais conduzido pelo interesse de lucro dos capitalistas.

O governo socialista passou a planejar o crescimento econômico em conjunto e a distribuir a renda nacional de acordo com os interesses dos trabalhadores. Com isso, evitava as crises e eliminava o desemprego. Apesar de inúmeras dificuldades, o país se desenvolveu rapidamente.

A classe operária de todo o mundo acompanhava com entusiasmo as vitórias do socialismo, sabendo que eram vitórias de todos. No Brasil, os operários demonstraram sua solidariedade em manifestações de rua, comícios, nos jornais operários, etc., principalmente em São Paulo, o maior centro operário do país.

A indústria, a agricultura, as ciências, se desenvolveram. Elevou-se o nível de vida do povo. Cresceu o prestígio do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Os nomes de Lênin e, depois de sua morte, de Stalin, dirigentes da classe operária e do governo socialista, eram pronunciados com admiração e carinho pelos trabalhadores em todos os países. Os partidos operários por todo lado ganharam novas forças.

GUERRA CONTRA AS CONQUISTAS OPERÁRIAS

A burguesia não via com bons olhos estes sucessos. As transformações mostravam a todos a capacidade da classe operária de governar, e mostravam a superioridade do sistema socialista. Na opinião da burguesia isto era um "mau exemplo" para os povos. Toda a máquina de propaganda capitalista voltou-se para atacar o socialismo nascente e para denegrir a imagem de seus dirigentes. O anticomunismo passou a ser uma indústria lucrativa.

Em 1939 as disputas entre os capitalistas conduziram a uma nova guerra mundial. O capitalismo alemão recorreu ao nazismo para explorar o seu povo e dirigiu sua máquina de guerra principalmente contra a URSS, visando destruir o socialismo. Mas os seus planos foram frustrados.

A classe operária soviética uniu-se e lutou com bravura para defender a sua pátria socialista. Em todo o mundo os trabalhadores se uniram contra o nazismo e o fascismo, defendendo a liberdade e o socialismo. O fim da guerra encontrou o campo socialista fortalecido, com revoluções vitoriosas em grande parte da Europa. As forças democráticas e socialistas foram vitoriosas.

O povo de Petrogrado em armas para lutar contra Kerensky.

DERROTAS E ERROS

Mas se a vitória da revolução socialista em 1917 e a experiência da construção do socialismo são patrimônios importantes da classe operária, é preciso reconhecer e aprender também com as derrotas e os erros.

Principalmente depois de 1956, o governo e o partido dos trabalhadores se deixaram corromper. Pouco a pouco o governo se afastou da classe operária, os dirigentes das empresas foram adotando os padrões da burguesia. O capitalismo foi retomando o terreno perdido.

Os resultados são conhecidos. A URSS, que se desenvolvia apoiada nos esforços de seu povo, em particular da classe operária, passou a permitir a penetração de empresas capitalistas como a Fiat, a Coca-Cola e outras, de bancos como o Chase Manhattan, do milionário Rockefeller. Passou a recorrer a empréstimos dos países capitalistas e à sua tecnologia. E a importar grandes quantidades de cereais devido aos fracassos na agricultura.

A CLASSE OPERÁRIA PROSSEGUE NO CAMINHO SOCIALISTA

A construção do socialismo foi interrompida. E a classe operária, afastada do poder. Deu-se um recuo no desenvolvimento, mas um recuo temporário. A classe operária, mais cedo ou mais tarde, retomará as rédeas do governo e reconstruirá a pátria do socialismo. Ao comemorar os 62 anos da revolução socialista de 1917, os trabalhadores estão certamente comemorando a maior conquista, até hoje, da história da humanidade. E estão acumulando novas forças no caminho do socialismo. (Rogério Lustosa, Rio de Janeiro).

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois